

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Novo emprego	2
Título: Governo vai leiloar apenas a distribuidora do Piauí este mês	2
Título: Impasse de R\$ 200 milhões na venda da Ceal.....	4
Título: UE adotará medidas para evitar aumento de importação de aço.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Após liminar, Eletrobras tem leilões agendados	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Empresas começam a pedir prêmios de seguros de volta.....	8
Título: Distribuidoras serão leiloadas em julho e agosto.....	9
Título: Ministro do TCU propõe que União abra mão de 'golden share'	11
Título: Tabela de frete vai afetar inflação do ano, diz Ipea.....	12
Título: Europa anuncia tarifa para importação de aço	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Gasolina mais barata com nova queda nas refinarias.....	14
Título: Distribuidoras serão leiloadas	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Governo tenta vender Cepisa já e dar sinal positivo ao mercado	16
Título: Efeitos da greve não serão só transitórios, avalia CNI	18
Título: Privatização da Ceal esbarra em falta de acordo.....	20
Título: ANP atrasa validação de dados para pagar subsídio ao diesel.....	21
Título: México adia leilões de xisto e petróleo para ano que vem	23
Título: Curtas.....	24

Título: Alckmin quer vender campos maduros da Petrobras no Pós-Sal.....	25
Título: Novo executivo-chefe da Chevron promete conter gastos	32
Título: Enel estuda investir em transmissão de energia no Brasil	36
Título: Curtas.....	39
Título: Vale tem R\$ 4,1 bi no balanço para Samarco.....	40
Título: Petrobras diz que queda na extração é pontual.....	42
Título: Curtas.....	43
Título: Petrobras vê ambiente favorável para fazer recompra de papéis	43

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Novo emprego

Poder em Jogo

Contratada para fazer lobby pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), a ex-ministra Ideli Salvatti tem usado seus contatos para aproximar a categoria de políticos influentes. A pauta é tentar barrar no Congresso projetos do governo para a Petrobras que contrariam os interesses da entidade, entre eles o do fim da cessão onerosa, na pauta do Senado. Ideli já levou os sindicalistas a Edison Lobão, ex-ministro das Minas e Energia, e até a José Sarney, ativo nos bastidores

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca E Bárbara Nascimento

Título: Governo vai leiloar apenas a distribuidora do Piauí este mês

Conta de luz corre risco de ficar mais cara se Eletrobras não vender empresas

BRASÍLIA- Um dia depois de conseguir derrubar a liminar que impedia o leilão das distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste, o governo fixou datas para o certame. No próximo dia 26, data prevista originalmente para a venda das cinco empresas, será leiloada apenas a Cepisa, companhia do Piauí. As demais distribuidoras (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) serão leiloadas no dia 30 de agosto. A data foi fixada com a expectativa de que o Senado aprove o projeto que facilita a licitação das companhias. A distribuidora da estatal em Alagoas (Ceal) continua fora do certame por causa de decisão judicial. Segundo fontes a par do assunto, há interesse de investidores na Cepisa. No caso das demais, a avaliação é que haverá concorrência depois da aprovação da lei. Na noite de terça-feira, a Advocacia- Geral da União (AGU) conseguiu derrubar uma liminar da Justiça do Rio que suspendia o leilão.

BLINDAGEM CONTRA PERDAS

A Câmara aprovou, na semana passada, o projeto de lei para destravar a venda das distribuidoras. Juntas, elas têm dívidas de R\$ 35 bilhões. O edital prevê que elas serão leiloadas por R\$ 50 mil cada, com exigência de investimento de R\$ 2,4 bilhões. Enquanto o Congresso não aprova o projeto, **o Ministério de Minas e Energia (MME)** publicou uma portaria que blinda a Eletrobras contra perdas das empresas. A portaria prevê “neutralidade econômica” para a estatal caso as seis distribuidoras não sejam privatizadas este ano. De acordo com a norma, a União assume o prejuízo das seis empresas enquanto elas não forem vendidas. A medida, porém, pode ter impacto para o consumidor. A conta pela operação das distribuidoras não deve ser bancada pelo Tesouro. Na avaliação de técnicos do governo, os únicos caminhos possíveis são: bancar os valores com recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR) — diluídos entre todos os consumidores de energia do país —, ou repassá- los como uma tarifa sobre a conta dos estados afetados.

— A competência para decidir isso é do MME. Esses são os caminhos previstos pela portaria. Não há impacto orçamentário. O que sabemos é que, quanto mais rápido vendermos as distribuidoras, menor é o problema — disse uma fonte da equipe econômica. A intenção do governo é fazer um esforço concentrado em agosto pela aprovação do projeto no Senado. No caso de Alagoas, há ainda uma pendência judicial que precisa ser resolvida no Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto as empresas não são leiloadas, a Eletrobras continua sendo responsável pela geração de energia entre agosto e dezembro deste ano, mesmo sem ter renovado a concessão sobre elas. Mas, pela portaria publicada ontem pelo MME, a União teria de retirar das mãos da estatal a responsabilidade por todos os custos, o que inclui desde pessoal até pagamento de fornecedores.

RESISTÊNCIA DE JUCÁ

As distribuidoras que estão sendo privatizadas são consideradas ineficientes pelo governo. O sobrecusto gerado por elas já tem sido bancado pelos consumidores regionais na conta de luz, até que o controle dessas empresas seja vendido. Na Cepisa, por exemplo, a tarifa levou a conta a ficar 8% mais cara. Ao realizar o leilão, o governo tem como condição mínima que as compradoras abram mão de, ao menos, 5% disso, que seria abatido da conta de luz. No teto, o abatimento pode chegar a 8,5%. Ou seja, a conta pode efetivamente baixar. Além da Ceal, outra distribuidora que deve enfrentar problemas para ser vendida é de Roraima. O líder do governo do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou a parlamentares que apresentará pedido para que a empresa só seja leiloada quando for interligada ao sistema nacional. Hoje, o estado depende de termelétricas e da energia comprada da Venezuela. O risco de elevação nos preços para os consumidores, que já não contam com uma prestação de serviço adequada, é enorme, porque o estado é isolado, afirmou um interlocutor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Impasse de R\$ 200 milhões na venda da Ceal

Governo de Alagoas avalia ter recursos a receber de contrato da década de 1990

BRASÍLIA - A União e o estado de Alagoas enfrentam um impasse jurídico na venda da distribuidora local de energia, a Ceal. Para Alagoas, o governo federal teria uma conta de R\$ 200 milhões com o estado ao privatizar a empresa, resultado de um contrato firmado no fim dos anos 1990. Para a União, não há valores a serem pagos. Enquanto isso, o leilão da Ceal está suspenso. Uma tentativa de diálogo foi iniciada ontem, quando o governador de Alagoas, Renan Filho, reuniu-se com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, sem sucesso. A Fazenda quer convencer o estado a destravar o leilão e, paralelamente, levar a discussão de quem tem valores a receber e quanto.

Fontes que participaram da reunião, no entanto, dizem que o governo de Alagoas não está disposto a aceitar esse tipo de acordo. O governo de Alagoas conseguiu uma liminar, no Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo o leilão até que o imbróglio seja resolvido. O problema é um contrato, firmado no fim da década de 1990, quando a distribuidora foi federalizada. O documento previa um pagamento inicial ao estado mais a diferença quando a empresa fosse efetivamente privatizada. Se o valor pago pela compra da Ceal fosse maior, o estado receberia. Se fosse menor, Alagoas teria de devolver recursos à União.

CONTA DA PRIVATIZAÇÃO

Sem sucesso na tentativa de vender a companhia na época, o governo só voltou a falar em privatizar a Ceal agora. E vai vendê-la por um valor simbólico, de R\$ 50 mil. Isso porque a empresa é deficitária: quem comprá-la terá de administrar uma dívida de R\$ 1,7 bilhão. Além disso, o leilão exige do comprador um aporte de R\$ 540 milhões. No entanto, o estado entende que a Eletrobras foi a responsável pela deterioração da empresa nos últimos anos. E quer que a conta da privatização seja feita usando como parâmetro os leilões de outras distribuidoras realizados no início dos anos 2000. Além disso, demanda que os valores sejam abatidos da dívida que Alagoas tem com a União. As distribuidoras de Alagoas e do Piauí (Cepisa) eram as primeiras na lista do governo de privatizações, por terem menos pendências. (Bárbara Nascimento)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: UE adotará medidas para evitar aumento de importação de aço

Para China, guerra comercial iniciada por EUA é ‘assassina da confiança’

BRUXELAS E PEQUIM- A União Europeia (UE) adotará, a partir de hoje, medidas que visam a evitar um aumento na importação de aço no bloco, após os Estados Unidos imporem sobretaxas ao aço e alumínio de outros países. As tarifas americanas deram início a uma disputa com vários países, especialmente com a China, que afirmou ontem que a guerra comercial conduzida pelos Estados Unidos se tornou a maior “assassina da confiança” para a economia global. A Comissão Europeia propôs uma combinação de quota e tarifa para tentar conter os temores de que os produtos metálicos que deixaram de ser enviados aos Estados Unidos saturem o mercado europeu. As medidas anunciadas ontem são a terceira parte da resposta da UE às tarifas americanas. O bloco também impôs taxas a € 2,8 bilhões de importações dos Estados Unidos, o que inclui uísque, motos Harley-Davidson e suco de laranja. A UE também iniciou um questionamento legal na Organização Mundial do Comércio (OMC). Quotas para 23 categorias de produtos de aço foram estabelecidas pela UE com base na média das importações nos últimos três anos, e será aplicada uma taxa de 25% incidindo sobre o que exceder esses volumes.

PEQUIM: EUA INVENTAM JUSTIFICATIVA

A comissária europeia de Comércio, Cecilia Malmström, disse, em comunicado, que o bloco não teve “outra opção que não introduzir medidas de salvaguarda”. Elas, no entanto, são provisórias, até que uma pesquisa na Comissão permita

tomar uma decisão final, “no começo de 2019”. Os principais exportadores de aço para a UE são China, Índia, Rússia, Coreia do Sul, Turquia e Ucrânia. A Comissão afirmou que a indústria de aço da UE estava “em uma situação frágil e vulnerável a um maior aumento nas importações”, com as tarifas dos EUA reduzindo sua capacidade de venda naquele país e tornando-a ainda mais vulnerável. A Eurofer, associação de fabricantes de aço da Europa, recebeu bem as salvaguardas, mas disse esperar uma alta nas importações a curto prazo, na medida em que as empresas correm para preencher a quota. Também ontem, o Ministério das Relações Exteriores da China disse que a guerra comercial iniciada pelos EUA é a maior “assassina da confiança” para a economia global.

Segundo a porta-voz do ministério, Hua Chunying, todos os países “endurecerão sua determinação de revidar” se os americanos continuarem agindo de forma “intencional”. “A guerra comercial dos EUA não é apenas com a China, mas com o resto do mundo. Ao considerar o resto do mundo como adversário, os EUA arrastaram toda a economia global para um lugar de perigo”, disse Hua. Ela afirmou, ainda, que os Estados Unidos estão “inventando todo tipo de justificativa” para suas ações comerciais, incluindo a da segurança nacional. Este mês, EUA e China impuseram tarifas sobre US\$ 34 bilhões em importações um do outro, em uma disputa crescente. O presidente americano, Donald Trump, ameaçou Pequim com taxas sobre mais US\$ 200 bilhões de produtos, a menos que o país asiático mude suas práticas de propriedade intelectual e os planos de subsídios industriais de alta tecnologia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Após liminar, Eletrobras tem leilões agendados

Decisão contra privatização cai e BNDES marca venda de distribuidora do Piauí; governo vai arcar custos até o fim do ano

Rio de Janeiro - Após derrubar liminar que impedia a venda das distribuidoras da Eletrobras, o BNDES confirmou o primeiro leilão para o próximo dia 26, com a oferta da Cepisa (Eletrobras Distribuição Piauí).

Um segundo leilão foi agendado para 30 de agosto, com a oferta de quatro outras distribuidoras: Boa Vista Energia, que opera em Roraima, Amazonas Energia, a Companhia de Eletricidade do Acre e as Centrais Elétricas de Rondônia.

A privatização das empresas havia sido suspensa pela Justiça do Rio apedido da Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobras). A liminar foi derrubada na terça (17).

No entanto, há ainda restrição para a venda da Eletrobras Distribuição Alagoas, que foi suspensa por liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) a pedido do governo estadual.

A venda das distribuidoras é hoje um dos focos principais da área energética do governo. Mas a única que ainda não enfrenta qualquer tipo de impedimento é a Cepisa.

A venda das outras depende de aprovação de projeto de lei no Congresso. O texto foi aprovado pela Câmara na semana passada, mas só será apreciado pelo Senado na volta do recesso parlamentar.

As distribuidoras foram transferidas à Eletrobras ao fim do processo de privatização do setor, nos anos 1990, e vêm dando sucessivos prejuízos à estatal.

O governo defende a venda para atrair investimentos para melhorar a qualidade dos serviços e permitir ganhos de produtividade, levando as empresas a resultado positivo.

Os trabalhadores da Eletrobras, por outro lado, temem demissões e alegam que a transferência do controle vai resultar em aumento de tarifas nas regiões atendidas.

Na decisão que derrubou a liminar, o desembargador federal André Fontes apontou para "o risco de grave lesão à ordem e economia públicas" com a suspensão do leilão previsto para 26 de julho.

Diante do risco de não vender as empresas, o **MME (Ministério de Minas e Energia)** publicou na terça portaria transferindo ao governo os custos coma operação das distribuidoras entre iº de agosto e 31 de dezembro.

Aportaria determina que os custos excedentes ao valor das receitas das companhias serão ressarcidos à Eletrobras. Atualmente, essa conta é paga por encargos cobrados na conta de luz, mas não há orçamento para sustentá-la até o fim do ano.

Em dezembro de 2017, a Eletrobras definiu que operaria as empresas apenas até o dia 31 de julho.

No fim do mês, porém, vai propor aos seus acionistas a prorrogação do prazo para 31 de dezembro.

Mesmo que consiga realizar os leilões, o governo avalia que será necessário um prazo adicional para o cumprimento de etapas regulatórias e burocráticas antes da transferência do controle.

As distribuidoras serão vendidas por um valor simbólico, com o compromisso de aportes, pelo vencedor, de recursos para investimentos na melhoria da qualidade do serviço.

Os valores variam por empresa, indo de R\$ 176 milhões, no caso do Acre, a R\$ 721 milhões, no caso do Piauí.

A venda das distribuidoras era encarada como um primeiro passo para a privatização da Eletrobras, uma das principais bandeiras da área econômica de Michel Temer.

A proposta é oferecer ações da estatal ao mercado, diluindo a participação estatal em seu capital, processo que depende de aprovação do Congresso.

No mercado, porém, a expectativa é que a decisão fique para o próximo governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Empresas começam a pedir prêmios de seguros de volta

Coluna do Broadcast

A Operação Lava Jato está gerando um movimento atípico no mercado de seguros brasileiro: o de devolução de prêmios já pagos. O motivador são as obras que foram paralisadas após o início das investigações por conta de indícios de corrupção em grandes projetos. Como não foram em frente, as empresas responsáveis cobram das seguradoras o valor que pagaram para segurá-las. Um dos processos em andamento é o da usina nuclear de Angra 3. A Eletronuclear move uma ação de cobrança, a qual a Coluna teve acesso, contra a seguradora alemã Allianz para reaver mais de R\$ 128 milhões.

» Como tudo começou. Originada em um projeto do período militar, Angra 3 começou a ser construída em 1984 e foi retomada em 2009, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, com a evidência de

desvios de recursos no projeto e prisões de executivos da Eletronuclear, as obras foram paralisadas.

» Sem sucesso. A Eletronuclear tentou estender a apólice de Angra 3, visto que o projeto não ia ser concluído no prazo do seguro já contratado. Para isso, a Allianz cobrou mais quase R\$ 86 milhões, além dos cerca de R\$ 74,4 milhões que já haviam sido pagos. Sem chegar num consenso com a seguradora depois de idas e vindas, a Eletronuclear desistiu de estender o seguro e tenta, agora, reaver o que pagou. Uma perícia na obra de Angra 3 foi iniciada neste mês, no âmbito da ação de cobrança movida pela empresa. Procurada, a Allianz não comentou.

» Deu bom. A Sete Brasil, em recuperação judicial, já foi bem sucedida em processo semelhante ao da Eletronuclear. A empresa cobrou extrajudicialmente o consórcio responsável pelo seguro de algumas sondas não concluídas e recebeu de volta a maior parte dos prêmios pagos. A seguradora líder da apólice é a Chubb, que ainda sob o nome Ace adquiriu a carteira de grandes riscos do Itaú, até então responsável pelo contrato, em parceria com o Bradesco, a espanhola Mapfre e a canadense Fairfax.

» Espreme. Mas a Sete Brasil quer mais. A empresa ainda espera reaver recursos gastos com comissionamentos para corretores de seguros e resseguros que, no seu entendimento, foram sobretaxados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth/ BRASÍLIA

Título: Distribuidoras serão leiloadas em julho e agosto

BNDES divulgou, ontem, novas datas, após derrubada de liminar que impedia a licitação; no dia 26 de julho, só a do Piauí vai a leilão

Com a queda da liminar que impedia o leilão das distribuidoras da Eletrobrás, o BNDES divulgou ontem as novas datas da licitação. No dia 26 de julho, só a Cepisa (Piauí) será leiloadada. As distribuidoras do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima serão licitadas no dia 30 de agosto, após a aprovação do projeto de lei aprovado na Câmara e que tramita no Senado. A derrubada da liminar e a retomada do leilão é uma vitória do governo, que está fazendo de tudo para evitar a liquidação das subsidiárias. Se isso acontecer, além da demissão de todos os funcionários, a Eletrobrás teria de assumir os prejuízos dessas empresas, dificultando, mais adiante, a privatização da estatal. Além disso, o serviço de distribuição nesses Estados ficaria comprometido.

A única que ficou de fora, por enquanto, é a Ceal, de Alagoas, já que uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski impede a realização do leilão até uma disputa financeira entre os governos estadual e federal seja solucionada. Ontem, terminou sem acordo uma reunião sobre o assunto entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o governador do Estado, Renan Filho. O impasse vem desde 1998, quando a Ceal foi assumida pela Eletrobrás. Na época, a União repassou recursos ao Estado, que seriam pagos quando a distribuidora fosse privatizada. A União alega que o Estado é devedor e tem que quitar o valor adiantado. Já Alagoas defende que teria R\$ 200 milhões a receber por ter repassado a estatal para a Eletrobrás, que não privatizou a distribuidora e depreciou seu valor de mercado desde então.

Juntas, as distribuidoras dão prejuízo de cerca de R\$ 300 milhões por mês para a holding, ou R\$ 10 milhões por dia. Isso poderá ser revertido com corte de custos de operação e manutenção, planos de demissão voluntária e financiamentos mais baratos. Cada uma das empresas será vendida por R\$ 50 mil, e vencerá a disputa quem oferecer o maior desconto na tarifa vigente hoje em cada região. O valor foi considerado por empregados e parlamentares da oposição como muito baixo, e levou os sindicatos a levantarem a hipótese de se reunirem para arrematar as empresas no leilão. Mas, diante da obrigação elevada de investimentos logo na saída, a ideia foi descartada.

Casamento. O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, disse que as distribuidoras da estatal não estão baratas, vão precisar de investimentos bilionários e de muito tempo para darem retorno aos novos acionistas. O executivo compara a compra dessas empresas a um casamento, com a diferença de que, no caso das distribuidoras, apesar de todas as dificuldades inerentes à "relação", é preciso permanecer no negócio, pois o retorno só se dará no longo prazo. "A diferença é que nesse casamento, o investidor vai ter que ficar 30 anos. Ele vai precisar dos 30 anos para obter esse retorno", disse, em entrevista exclusiva ao Broadcast/Estadão.

"Não existe essa moleza ou esse almoço grátis que estão falando. Dizem que o preço de compra equivale ao valor de seis carros populares. Mas no dia em que os investidores comprarem as empresas terão de depositar R\$ 2,4 bilhões em investimentos, como se fosse um "dote", comparou. "E, apesar disso, o investidor já estará devendo R\$ 10 milhões, e mais R\$ 10 milhões no dia seguinte. Já na primeira semana serão R\$ 70 milhões", disse, lembrando do prejuízo diário de cerca R\$ 10 milhões.

Ferreira Jr. negou que o repasse de furtos de energia terá custo bilionário na conta de luz e disse que o impacto será de R\$ 237 milhões ou 0,18% de alta na conta de luz dos clientes locais. A afirmação foi uma resposta a reportagem do Estadão/Broadcast na semana passada.

A reportagem citou cálculo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia, que aponta que várias emendas incluídas pelos deputados no projeto de lei das distribuidoras teriam impacto de elevar a conta de luz em algo entre 4% e 5%. "O objetivo não é repassar gatos (furtos de energia), é o contrário. É fazer com que os gatos, que são pagos pelos consumidores, possam ter perspectiva real de redução ao longo dos próximos anos, afirmou Ferreira Jr. /COLABOROU LORENNA RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Breno Pires / BRASÍLIA

Título: Ministro do TCU propõe que União abra mão de 'golden share'

Voto diz que, em caso de privatização, governo poderia se desfazer de ações especiais, com poder de veto

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio propôs ontem que o governo possa abrir mão das ações especiais que detém em empresas que foram privatizadas e dão poder de veto em decisões importantes, as golden shares. Seria necessário cumprir três condições: que seja fundamentado pelo governo que a razão para a criação das ações especiais já não existe, que haja ressarcimento aos cofres públicos e aprovação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimento.

Múcio é relator no TCU de um processo que analisa consulta feita pelo ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles para questionar se o governo pode se desfazer de golden shares sem contrapartida financeira. O ex-ministro considerava essas ações um entrave a investimentos. O governo tem golden shares na Vale, IRB-Brasil Resseguros e Embraer, que recentemente anunciou acordo com a Boeing para a venda de sua divisão de aviação comercial.

A análise do processo pelo plenário estava prevista para ontem, mas foi adiada após pedido de vistas do ministro Vital do Rego. O ministro Marcos Bemquerer seguiu o voto de Múcio. O relator apontou que é preciso definir "por norma específica" a forma como deve ser calculado o ressarcimento. O voto, no entanto, não afirmou quem tem de criar essa norma.

A justificativa para o ressarcimento, segundo Múcio, é que, embora não se trate de uma venda, há um valor por trás do desfazimento das golden shares, porque o governo abre mão de um direito. Outro motivo passa pelo argumento apresentado pela Fazenda de que as ações especiais desvalorizam as empresas. A lógica, na visão de auditores, é que a perspectiva de valorização justifica um pagamento à União.

A unidade técnica afirmou em sua manifestação que, como não há previsão na lei para a venda de golden shares, o governo não pode se desfazer delas. O Ministério Público de Contas concluiu que não há restrição legal e não apontou necessidade de pagamento pelas ações. O relator optou por uma proposta intermediária.

Na breve discussão, dois ministros falaram sobre a Embraer. Múcio disse que não está claro para o tribunal se a golden share que o governo detém na Embraer está ligada à parte comercial ou à parte militar da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim / RIO

Título: Tabela de frete vai afetar inflação do ano, diz Ipea

Setor de alimentos, um dos mais prejudicados pela greve dos caminhoneiros, deve sofrer maior impacto; previsão é que IPCA encerre 2018 em 4,20%

O tabelamento do frete, principal medida negociada pelo governo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, que se prolongou por 11 dias no fim de maio, pode aumentar a pressão sobre a inflação ao consumidor este ano. O impacto será especialmente sentido no setor alimentício. A avaliação é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que divulgou ontem nova edição da Carta de Conjuntura. Em junho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 1,26%, a maior taxa para o mês desde 1995.

Os preços do grupo alimentação e bebidas aumentaram 2,03%, o que resultou numa contribuição de 0,50 ponto percentual para a inflação do mês. O Ipea calcula que os alimentos vão encerrar o ano 3,93% mais caros, o equivalente a uma contribuição de 0,62 ponto percentual para o IPCA de 2018, estimado pelo instituto em 4,20%. É possível que essa previsão seja revista para cima, dependendo do impacto que o tabelamento do frete terá sobre os custos dos produtores.

O encarecimento do transporte pode causar uma pressão maior sobre os preços dos alimentos e, conseqüentemente, sobre a inflação do ano, avaliou José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea. "Mas ainda não é possível prever a dimensão desse efeito", disse. A medida provisória que permite o estabelecimento de preços mínimos para os fretes rodoviários foi aprovada por deputados e senadores no dia 11. Os valores serão divulgados com base em regulamentação da Agência Nacional de

Transportes Terrestres (ANTT), levando em consideração gastos com óleo diesel e pedágios.

Desabastecimento. Segundo o Ipea, o repique inflacionário de junho teve influência de três efeitos da greve sobre os preços dos alimentos no País: o entrave logístico durante a paralisação; a falta de estoques do varejo e de matérias-primas na indústria; e o aumento nos custos do transporte derivado do tabelamento dos fretes. "Para julho, a expectativa é de que as pressões sobre os preços derivadas dos dois primeiros elementos se diluam, restando os efeitos decorrentes do tabelamento de fretes. O início da nova safra agrícola, com a consequente necessidade de insumos, adubos e fertilizantes nas regiões produtoras, tende a intensificar esse repasse de preços no curto e médio prazos, à medida que a atual safra seja escoada pagando fretes mais altos; e, no longo prazo, via menor oferta de alimentos, caso a safra 2018/2019 continue com seu plantio comprometido", ressaltou o estudo do Ipea.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Gabriel Bueno da Costa

Título: Europa anuncia tarifa para importação de aço

Medidas de salvaguarda foram adotadas em resposta às taxas impostas pelos EUA; tarifa de 25% valerão por 200 dias para todos os países

A União Europeia (UE) anunciou ontem medidas de salvaguarda provisórias sobre as importações de aço. O objetivo, segundo a Comissão Europeia, é evitar que o aço de outros países siga para o mercado do bloco, como resultado das tarifas recentemente impostas pelos Estados Unidos. "As importações tradicionais de produtos de aço não serão afetadas", afirmou a UE. As salvaguardas entram em vigor hoje. Em comunicado, a comissária para Comércio da UE, Cecilia Malmström, disse que as tarifas americanas têm provocado mudanças nas rotas comerciais que podem resultar em "sério dano" para siderúrgicas e trabalhadores na Europa.

Ainda assim, ela argumenta que a decisão garante que o mercado da UE siga aberto. "Estou convencida de que isso garante o equilíbrio entre o interesse dos produtores e consumidores de aço da UE, como o setor automotivo e o de construção, que dependem de importações." As medidas atingem 23 categorias de produtos de aço. "Tarifas de 25% serão impostas apenas quando as importações excederem a média de importações nos últimos três anos", explica a nota. As salvaguardas se aplicam a todos os países, com exceção de alguns em desenvolvimento.

As tarifas ficam em vigor por no máximo 200 dias – a Comissão Europeia deve tomar a decisão final até o início de 2019. Brasil. A decisão da UE já era esperada, com o avanço da guerra comercial entre EUA e China, segundo o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes. "Os países estão a toque de caixa correndo para defenderem seus mercados e o Brasil está na contramão." Ele disse que no início do ano a Camex chegou a aprovar medidas antidumping para laminados de aço, mas suspendeu sua aplicação por medo de retaliação da China – o governo chinês acabou impondo tarifas ao frango brasileiro de qualquer forma. / COLABOROU FERNANDA GUIMARÃES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina mais barata com nova queda nas refinarias

O vai e vem dos preços da gasolina nas bombas faz com que os consumidores do Distrito Federal fiquem sem noção sobre valores. Ontem, depois da terceira queda promovida pela Petrobras nas refinarias, os postos do DF começaram a baixar os preços. Dos 30 postos pesquisados pelo Correio, 24 reduziram o valor do litro. O menor preço encontrado foi em estabelecimento da EPTG, R\$ 4,26, e o maior, no Eixo W Norte, R\$ 4,79. Em média, as bombas marcam R\$ 4,60 no Plano Piloto. Na terça-feira, o litro da gasolina nas refinarias caiu de R\$ 1,997 para R\$ 1,961, queda de 1,8%.

A empreendedora Bruna Borges, 27 anos, reclama sobre o repasse ao motorista. "Não sinto diferença. De quanto seria esse desconto, de R\$ 0,10? Para ser sincera, essa redução é mínima", reclama. Segundo Bruna, a nova política de preços da Petrobras, que acompanha as variações do barril de petróleo, no mercado internacional, e da moeda norte-americana, prejudica o orçamento. "Minha empresa necessita que eu me desloque de carro. Ando muito e esse sobe e desce da gasolina é complicado. Financeiramente não é viável", afirmou.

De acordo com Márcio Rocha, 36, gerente de um posto no Setor de Indústria Gráfica (SIG), a prática do estabelecimento é reduzir na bomba à medida que a petroleira anuncia descontos. "O nosso posto tem diminuído o preço da gasolina gradativamente. Hoje (ontem), estamos baixando para R\$ 4,529, ou seja, R\$ 0,06 em relação à semana passada (R\$ 4,589). Sempre que a Petrobras reduz, a gente procura repassar o percentual de desconto para o cliente. Essa redução já é reflexo da baixa anunciada pela empresa na terça", revelou.

A advogada Bárbara Botelho, 28, tenta minimizar o valor da gasolina, pesquisando lugares onde consegue pagar menos. “Vim abastecer no SIG achando que estava mais barato, mas me enganei”, disse. De acordo com ela, os preços praticados na capital alteraram os hábitos da família. “Lá em casa, evito sair no fim de semana. Durante a semana, como eu e meus parentes trabalhamos na Esplanada, vamos todos juntos no mesmo carro, independentemente do horário de entrada de cada um”, revelou.

O gerente do posto SIG considera que o preço praticado na capital não chega a ser alto em relação ao de outros estados. “Os clientes reclamam que está caro, mas, na minha opinião, não está. Brasília tem mantido um preço bastante atraente para o consumidor, mas cliente é cliente. Ou seja, temos que ouvi-los”, reconheceu.

** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Distribuidoras serão leiloadas

Com a queda da liminar que impedia o leilão das distribuidoras da Eletrobras, o BNDES divulgou ontem as novas datas da licitação. Em 26 de julho, só a Cepisa (Piauí) será leiloadas. As distribuidoras do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima serão licitadas em 30 de agosto, após a aprovação do projeto de lei aprovado na Câmara e que tramita no Senado.

A derrubada da liminar e a retomada do leilão é uma vitória do governo, que está fazendo de tudo para evitar a liquidação das subsidiárias. Se isso acontecer, além da demissão de todos os funcionários, a Eletrobras teria de assumir os prejuízos dessas empresas, dificultando, mais adiante, a privatização da estatal. Além disso, o serviço de distribuição nesses estados ficaria comprometido.

A única que ficou de fora, por enquanto, é a Ceal, de Alagoas, já que uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski impede a realização do leilão até uma disputa financeira entre os governos estadual e federal seja solucionada. Ontem, terminou sem acordo uma reunião sobre o assunto entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o governador do Estado, Renan Filho.

Juntas, as distribuidoras dão prejuízo de cerca de R\$ 300 milhões por mês para a holding, ou R\$ 10 milhões por dia. Isso poderá ser revertido com corte de custos de operação e manutenção, planos de demissão voluntária e financiamentos mais baratos. Cada uma das empresas será vendida por R\$ 50 mil, e vencerá a disputa quem oferecer o maior desconto na tarifa vigente hoje em cada região.

-
- **Mais satisfação com setor de energia**

Os brasileiros estão mais satisfeitos com os serviços do setor de energia, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O índice médio de consumidores satisfeitos ou muito satisfeitos atingiu 77% na última década. Segundo o presidente da Abradee, Nelson Leite, o aumento na satisfação da população é um reflexo de investimento no setor, que, só em 2017, alcançou R\$ 16 bilhões. Um incremento de cerca de R\$ 2 bilhões em relação ao ano anterior, quando o valor dos investimentos foi de R\$ 13,8 bilhões. "A elevação do investimento reflete no resultado da pesquisa", analisou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Governo tenta vender Cepisa já e dar sinal positivo ao mercado

Com a derrubada da liminar que impedia o leilão de distribuidoras da Eletrobras na última terça-feira, o governo decidiu manter a licitação para a privatização da Cepisa, distribuidora da estatal no Piauí, na próxima semana, e ofertar as outras cinco empresas em bloco possivelmente em agosto. Apesar do prazo curto para a conclusão dos preparativos e o cumprimento das etapas para o leilão da Cepisa, em 26 de julho, internamente a Eletrobras entende que é preciso licitar a empresa na próxima semana, por ser um importante sinal para o mercado.

Uma fonte ligada ao processo afirmou que a licitação da Cepisa é "uma sinalização importante para o mercado". Isso justificou que o leilão fosse "fatiado", licitando agora a distribuidora piauiense e as demais em agosto.

Uma edição extra do "Diário Oficial" da União publicada ontem confirmou a venda da Cepisa na próxima semana. Para viabilizar isso, a data para entrega das garantias pelos proponentes foi adiada para segunda-feira, dia 23. Até então, o cronograma apontava que a entrega seria hoje.

A data para publicação de esclarecimentos do edital, que vencia originalmente em 17 de julho, foi postergada para ontem pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em relação ao leilão das distribuidoras Amazonas Energia, Ceron (Rondônia), Eletroacre e Boa Vista (Roraima), o BNDES vai publicar um novo cronograma "nos próximos dias". A previsão é que a disputa aconteça em 30 de agosto.

A licitação das concessionárias da região Norte foi adiada devido ao entendimento do governo é que é melhor aguardar a aprovação no Senado do projeto de lei (PL) 10.332, que viabiliza financeiramente as distribuidoras do Amazonas e Roraima para licitar as quatro empresas em bloco. Eletroacre e Ceron não dependem do PL para serem viáveis, mas a avaliação do governo é que elas são mais "atrativas" com a alteração na legislação, o que explica não serem incluídas no leilão da próxima semana.

Ainda não há data apenas para a venda da Ceal, distribuidora do Alagoas, porque ainda há uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que suspende a privatização da empresa. "Está difícil [derrubar a liminar]. Mas acho que em agosto conseguimos a cassação também", disse uma fonte.

O leilão de 26 de julho foi possível por causa da decisão publicada na terça-feira pelo desembargador André Fontes, que preside o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que derrubou liminar da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em ação ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) contra BNDES. O mérito dessa ação ainda será julgado pela primeira instância, segundo informou a assessoria do TRF.

A AEEL alegava, no pedido de suspensão, que fosse interrompida a fase de entrega de documentos pelos proponentes para habilitação na licitação, marcada para o dia 19 de julho pelo BNDES. Com a decisão do governo de prosseguir com o leilão, esta data passou para 23 de julho.

O pedido de suspensão da liminar foi apresentado pela União. Na decisão, o presidente do TRF2 lembrou que a Lei nº 9.619, de 1998, autorizou a alienação do controle acionário das distribuidoras subsidiárias da companhia.

A AEEL informou ao **Valor** que vai recorrer da decisão do desembargador André Fontes. "A luta jurídica vai continuar", disse Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica e Região do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ) e da Aeel.

A secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, comemorou a derrubada da liminar, e disse ter muita confiança na realização

ainda neste ano da venda das distribuidoras da Eletrobras. Em entrevista à rádio CBN, ela disse ontem estar muito confiante sobre a decisão, "porque há muito mérito nisso".

Ela avaliou que o leilão resultar em uma redução nas tarifas de energia, uma vez que o certame será realizado a partir da oferta de menor preço para o consumidor. "A própria exigência mínima do leilão já envolve uma redução de tarifa", disse. Para ela, "há benefícios diretos e há a possibilidade de que as companhias sejam geridas de forma mais condizente com parâmetros do setor privado, que tem menos amarras que o setor público."

A manutenção do leilão da Cepisa em 26 de julho também pode ajudar a forçar a decisão dos acionistas da Eletrobras pelo adiarem o prazo em que a estatal vai fazer a administração das concessionárias na forma de "designada". Mesmo se a Cepisa for vendida na data, como espera o governo, não será possível concluir os trâmites de transferência de controle da companhia para o novo dono até o prazo atual de designação, que termina em 31 de julho.

Uma assembleia geral extraordinária (AGE) foi convocada para 30 de julho, na qual os acionistas da companhia, inclusive a União, vão decidir se aceitam ou não a prorrogação do prazo pela segunda vez, para 31 de dezembro.

(Colaborara Cláudia Schüffner, do Rio, e Lucas Marchesini, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Efeitos da greve não serão só transitórios, avalia CNI

A paralisação dos caminhoneiros adicionou "novas incertezas ao cenário econômico" e diminui "a intensidade da recuperação" da atividade, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado ontem. "Os efeitos [da paralisação] não serão apenas pontuais e transitórios", diz a entidade. "A confiança de empresários e de consumidores piorou, com efeitos que podem se tornar duradouros nas decisões de produção, consumo e investimento."

O tabelamento do frete, por exemplo, é visto pela CNI como uma "prática que distorce os preços relativos da economia, diminui a concorrência e promove a informalidade". Para a entidade, a medida torna "os custos de produção maiores do que os preços de mercado" e tem potencial para "inviabilizar atividades". Além disso, retira a competitividade de produtos nacionais e pode causar um aumento da importação de insumos e outros produtos.

Segmentos muito dependentes de transporte e com cargas de baixo valor agregado, como a indústria alimentícia e a de construção, devem ser os mais afetados pelo tabelamento, segundo Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de política econômica da CNI. Em alguns casos, o valor do frete pode subir 60%, nos cálculos dele.

"Os nossos produtos, explicando de maneira bem simplória, são muito pesados e têm pouco valor. É areia, tijolo, cimento", diz José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC).

As entidades chamam a atenção também para a "absoluta inviabilidade de um tabelamento que atenda à dimensão continental e à complexidade de um país como o Brasil", como define Castelo Branco. "Há empresas que fazem 400 embarques por dia, com todos os tipos de caminhões, percursos etc. É tecnicamente impossível uma tabela reproduzir todas as situações de mercado em um caso desses", diz Luis Henrique Teixeira Baldez, presidente-executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut). Já nos cálculos do Instituto Aço Brasil, o tabelamento - da maneira como está proposto - custará à indústria siderúrgica R\$ 1,8 bilhão ao longo de 12 meses.

Além disso, segundo o estudo da CNI, as medidas adotadas pelo governo para combater a crise trouxeram novos custos para a economia. Um exemplo são as fiscais usadas para compensar o subsídio ao diesel. A entidade afirma que "provocaram uma piora no já débil" quadro das contas públicas e que parte desse ônus cairá sobre a indústria.

Os principais alvos das críticas são a diminuição da alíquota do Reintegra e a redução ou eliminação de "outros programas tributários de estímulo à produção industrial". Nas estimativas do Instituto Aço Brasil, as mudanças no Reintegra causarão uma perda de R\$ 400 milhões para a indústria siderúrgica entre junho e dezembro.

Por enquanto, os números de junho referentes a todo o setor industrial mostram que as "expectativas dos empresários para os próximos meses, que já estavam em trajetória de queda, pioraram", segundo a CNI.

"Ainda há perspectivas de aumento de demanda e quantidade exportada, mas os empresários agora esperam queda do emprego industrial nos próximos meses", diz o estudo. "A intenção de investir se reduziu."

A aposta é que "o fim do represamento das mercadorias" registrado a partir dos mês passado faça com que parte das quedas da atividade e do faturamento seja revertida. "De fato, já há indicadores mostrando certa recuperação" desde

junho. No entanto, a CNI diz que o acúmulo de estoques indesejados e o descarte de produtos perecíveis pode tornar essa recuperação apenas parcial.

Há também dúvidas sobre como a demanda reagirá em prazo mais longo. Embora o efeito da paralisação sobre os preços "tenda a ser temporário, o impacto sobre a confiança pode ser mais duradouro", causando uma nova contenção do consumo. O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor, por exemplo, caiu 3,8% entre abril e maio.

"O real ritmo da demanda - e da economia - são difíceis de se inferir no curto prazo", afirma a CNI. Mas a tendência é que essa combinação de fatores leve "a uma piora das perspectivas de crescimento da indústria para o restante do ano".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão | De Brasília

Título: Privatização da Ceal esbarra em falta de acordo

O impasse entre o Ministério da Fazenda e o governo do Estado de Alagoas para viabilizar a privatização da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) continua. Terminou sem acordo reunião realizada ontem entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o governador do Estado de Alagoas, Renan Filho.

A Ceal era uma das seis distribuidoras da Eletrobras que seria colocada à venda em leilão marcado para 26 de julho. O governo teve que mudar seus planos porque o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu, no fim de junho, liminar suspendendo o leilão. Nova data para operação ainda não foi marcada.

No centro da discussão está um montante a valor atual entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,7 bilhão que o governo alagoano entende ter a receber e que possibilitaria um abatimento da dívida do Estado com a União da ordem de 20%. O Executivo, no entanto, não reconhece o débito e o assunto vem sendo discutido judicialmente.

O embate remonta a 1996, quando ocorreu o processo de desestatização estadual da Ceal. Na ocasião, o governo alagoano entregou as ações da distribuidora ao Tesouro Nacional. O controle acionário e administrativo, então, foi repassado à Eletrobras. Na época, foi acordada a transferência da Ceal para a União por um valor de R\$ 450 milhões, na época. Desse total, R\$ 250 milhões foram adiantados antes do leilão da distribuidora. O restante (R\$ 200 milhões) seria acertado após o leilão da empresa, o que não foi realizado até o momento.

Em entrevista concedida recentemente ao **Valor**, Guardia ressaltou que a "até" aceita continuar discutindo com o governador sobre quem é credor ou devedor, "mas deixa privatizar, senão, o prejuízo vai ser muito maior". Ele disse ainda que a Ceal foi federalizada em 1998 porque o Estado quebrou. "O governo federal comprou a empresa, mas Alagoas só vendeu metade porque queria vender a outra metade num leilão de privatização para arrecadar mais. Houve acordo jurídico escrito e nós nos comprometemos a privatizar. Fizemos o leilão em 1998 e deu vazio". O ministro explicou que "pelo contrato, a União é credora de Alagoas, mas o governador fala que não, que o Estado foi coagido e que, na verdade, a União deve R\$ 1,8 bilhão. "Ele está no papel dele, conseguiu liminar no STF. Já avisei ao governador que, se não vender, vamos liquidar. Não tem saída", ressaltou o ministro. Segundo ele, a Ceal não tem problema de dívida. Então, se não privatizar, vamos simplesmente liquidar.

Já o secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, ressaltou que existe uma discussão jurídica se houve de fato uma venda, quando a distribuidora foi transferida para a União e passou a ser controlada pela Eletrobras, o que implicaria na obrigação da quitação imediata da última parcela do negócio, que a valor de hoje seria de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão. Esse montante significaria um abatimento da ordem de 20% da dívida atual do Estado com a União, de cerca de R\$ 7 bilhões. Santoro explicou que a ação na Justiça se tornou necessária após dois anos de negociações sem conclusão em âmbito administrativo com o Ministério da Fazenda.

Ontem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou que o leilão de privatização da Cepisa, distribuidora da Eletrobras do Piauí, será em 26 de julho. Em relação ao leilão das distribuidoras Ceron (Rondônia), Boa Vista (Roraima), Eletroacre e Amazonas Energia, será publicado um novo cronograma nos próximos dias. A previsão é que a disputa aconteça em 30 de agosto. A venda da Ceal, de Alagoas, é a única que ainda não tem data.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: ANP atrasa validação de dados para pagar subsídio ao diesel

O atraso no pagamento da primeira parcela do subsídio nas vendas de diesel, que venceu dia 26 de junho, sugere dificuldades da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) em processar e validar as informações para que as empresas recebam o subsídio que sairá do Tesouro Nacional.

Não está claro o motivo que fez a ANP atrasar o pagamento devido a importadores, mas algumas fontes do mercado avaliam que o regulador não tinha estrutura montada para validar toda a documentação que as empresas precisam apresentar.

Uma fonte avalia que a agência também pode estar com dificuldade para checar o pagamento de impostos, que variam de acordo com o Estado onde ocorreu a venda.

Dos sete importadores e produtores que se habilitaram na Agência Nacional do Petróleo (ANP) para receber ressarcimento do governo pelo desconto no óleo diesel, cinco não cumpriram os requisitos necessários e por isso o pagamento, a cargo da agência, está atrasado. As informações são do próprio regulador, que informou que ainda está analisando toda a documentação. O único produtor entre os sete é a Petrobras e a ANP não informa o nome dos importadores.

Um novo decreto atualizando o 9.403/2018 está sendo esperado para os próximos dias e deve corrigir alguns pontos que não foram cobertos inicialmente. Um deles é a previsão de ressarcimento nas importações por "conta e ordem", em que um terceiro faz o pedido de importação para uma trading, que pode até mesmo ser uma empresa do mesmo grupo econômico.

No primeiro mês, os produtores e ou importadores terão o direito de receber R\$ 0,07 por cada litro de diesel vendido, e apenas no próximo mês o subsídio será de R\$ 0,30 por litro. A ANP explicou que ainda está analisando a documentação e que a Medida Provisória 838 estabelece prazo adicional de 30 dias, que termina no dia 27 de julho. Consultado, o Ministério da Fazenda disse que tem R\$ 9,5 bilhões disponíveis e está aguardando processamento da documentação pela ANP.

"Informamos também que a MP 838 deu prazo adicional de 30 dias para processamento da documentação das empresas habilitadas, prazo que ainda não se esgotou", afirmou a Fazenda em nota.

Em relatório para clientes do Bradesco, os analistas Vicente Falanga e Osmar Camilo preveem que as importações devem permanecer paralisadas pelo menos até o pagamento do subsídio do governo e até que uma nova definição do preço de referência pela ANP seja publicada no dia 1º de agosto. A estimativa deles é que as importações feitas por empresas privadas já caíram 50% entre janeiro e maio e devem se deteriorar ainda mais no início do segundo semestre de 2018.

Um dos problemas é que o preço de referência fixado inicialmente - em R\$ 2,3065 por litro para o diesel vendido em Tocantins; de R\$ 2,2681 para a região

Norte; R\$ 2,4055 para o Centro-Oeste, Sudeste e Distrito Federal; e R\$ 2,3462 por litro na região Sul - desconsidera preços internacionais e a variação cambial acima do subsídio do governo.

Segundo os analistas do Bradesco, a fórmula ainda apresenta problemas, entre os quais o fato de o preço de referência atual incorporar "distorções de até R\$ 40 por metro cúbico em relação aos custos de importação e de logística não incluídos". Há ainda o fato de as empresas privadas "preferirem não depender dos pagamentos de subsídios do governo" e optarem por "fazer seus negócios como de costume".

Citando conversas com importadores, o Bradesco afirma que eles acreditam que a ANP "tem as ferramentas necessárias para consertar as distorções feitas no subsídio inicial". Os analistas avaliam, contudo, que embora a ANP esteja corrigindo o cálculo com base na paridade de preços, as importações devem parar em novembro e dezembro "devido à incerteza política em relação ao governo entrante do próximo ano". Segundo eles, "os importadores preferem aguardar o novo governo assumir os subsídios ao combustível do que assumir compromissos agora para trazer novas remessas [de combustíveis]".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: México adia leilões de xisto e petróleo para ano que vem

O México adiou dois leilões de petróleo e xisto e uma licitação para joint-ventures com a estatal Petróleos Mexicanos (Pemex). Os leilões e a licitação estavam previstos para setembro e outubro, mas passaram para 14 de fevereiro, depois da posse do presidente eleito Andrés Manuel López Obrador, em 1º de dezembro. A medida surpreendeu analistas e pode assustar investidores do setor de petróleo.

"Na Comissão Nacional de Hidrocarbonetos (CNH), achamos uma boa ideia dar ao novo governo tempo para revisar o conteúdo dos contratos a serem licitados e o processo de licitação", disse Juan Carlos Zepeda, presidente da CNH, ao jornal "Financial Times". Ele argumentou que o novo governo disse que deseja revisar a porcentagem de conteúdo nacional.

"A decisão surpreendeu todos", afirma o analista Eduardo Arcos, da consultoria Control Risks.

Segundo ele, a Secretaria de Energia fez petição à CNH para postergar as datas da licitação e, em teoria, dar mais tempo para empresas analisarem as

informações sobre as licitações. "No entanto, tudo parece indicar que a Secretaria estaria respondendo a um pedido de López Obrador, que na campanha disse que solicitaria a suspensão das licitações neste ano", disse.

Para Fernando Murillo, economista da Oxford Economics, no entanto, o adiamento já era previsto, dada a promessa de campanha de López Obrador em revisar os contratos. "Foi uma solicitação do futuro governo. Estamos em um período de transição. É um pouco confuso porque, de alguma maneira, o México hoje tem dois presidentes", ressalta.

O México havia programado para 27 de setembro o leilão de 37 campos terrestres nas bacias de Burgos, Tampico-Misantla-Veracruz e Cuencas del Sureste. Nove campos de xisto - os primeiros a serem leiloados no país - também seriam disputados nesse dia. Os parceiros para a joint venture a ser formada com a Pemex, que atuaria em sete campos terrestres nos Estados de Tabasco, Veracruz e Chiapas, seriam selecionados em 31 de outubro.

"A decisão muito provavelmente vai afastar investidores ou, ao menos, prolongará a incerteza no setor de energia até fevereiro", diz Arcos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Importações de urânio

O Departamento do Comércio dos EUA vai investigar se as importações de urânio são uma ameaça à segurança nacional, o que pode levar à imposição de sobretaxas e cotas de importação. Em 1987, a produção interna respondia por 49% da demanda por urânio das usinas nucleares e das forças armadas, essa participação caiu para 5%. Os principais fornecedores de urânio para os EUA são Canadá, Austrália, Rússia, Cazaquistão e Uzbequistão.

Petróleo iraniano

As companhias japonesas estão se preparando para suspender as importações de petróleo do Irã para atender as demandas dos EUA, que são acompanhadas por ameaças de sanções. As importações de petróleo iraniano pelo Japão podem cair a zero em outubro. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos estão entre os possíveis fornecedores alternativos. No fim de junho, Washington avisou o Japão que as sanções entrariam em vigor em 4 de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Especial**Autor:** Raymundo Costa, Ribamar Oliveira e Rosângela Bittar | De São Paulo**Título:** Alckmin quer vender campos maduros da Petrobras no Pós-Sal

O pré-candidato do PSDB a presidente, Geraldo Alckmin, tem na ponta da língua o que vai fazer na Presidência, desde o primeiro dia, se for eleito em outubro. E o por quê. Não vai privatizar a Petrobras, mas vai acabar com o monopólio da empresa no refino, vender a distribuidora e os campos maduros da empresa no pós-sal. A estatal - afirma - deve se concentrar no pré-sal, prospecção e pesquisa.

O tucano é a favor da transposição das águas do rio São Francisco, cujas obras pretende concluir, mas também defende uma posição polêmica entre os ambientalistas: a transposição da bacia do Rio Tocantins. Também pretende fazer um esforço para a conclusão de obras paradas. "O Brasil é um continente de obras paradas".

O tucano não vê muito sentido na PEC que estabeleceu o teto de Gastos, mas promete fazer um ajuste fiscal rápido e eficaz. Sem aumentar impostos. "O ajuste será pelo lado da despesa e pela retomada da atividade econômica" diz. Na educação, Alckmin vai estabelecer uma meta de 50 pontos no Pisa (programa internacional de avaliação dos alunos). Se for atingida, acredita que só isso garantirá aumento de 1% no PIB.

Médico anestesiologista com diploma também em acupuntura, Geraldo Alckmin se considera hoje um homem "mais amadurecido" que em 2006, quando disputou a Presidência pela primeira vez. Em campanha, o pré-candidato já percorreu 70.000 quilômetros, o equivalente a mais de uma volta sobre a terra. Ainda assim, patina nas pesquisas. Segundo o tucano, o motivo é simples: o jogo só começa a 31 de agosto, com a campanha no rádio e na TV.

Valor: *O país está com 13 milhões de desempregados e essa certamente será uma questão que vai esquentar a campanha. O que o sr. tem a dizer a quem vai às urnas em outubro sem trabalho?*

Geraldo Alckmin: A nossa meta é o Brasil voltar a crescer. Reunimos grandes economistas que trabalharam com sucesso no Plano Real, como Persio Arida, Edmar Bacha, José Roberto Mendonça de Barros, e a questão foi exatamente essa: pode o Brasil voltar a crescer 3%, 4%, 5% e ter um crescimento forte e sustentável durante um longo período? Em quanto tempo nós dobramos a renda do brasileiro? Essa é a nossa meta: aumentar emprego e dobrar a renda do brasileiro.

Valor: *O que é preciso para atingir esse objetivo?*

Alckmin: Fizemos uma agenda de competitividade. Uma agenda forte que começa pela educação, educação básica, fundamental e média e técnica, tecnológica. Se crescermos 50 pontos no Pisa, o país cresce 1% do PIB de forma definitiva pelos ganhos de produtividade.

Valor: *A sociedade parece muito descrente dessa descrição genérica dos candidatos sobre saúde, educação, segurança. Isso de colocar meta e definir programa já dá uma visibilidade maior?*

Alckmin: É educação básica. Todo mundo só quer criar universidade, não é? Educação básica, infantil, fundamental, média e técnica e 50 pontos no Pisa. Uma meta ano a ano para poder atingir. Atingindo 50 a mais no Pisa você ganha 1% do PIB.

Valor: *O que mais tem na agenda para crescer 3%, 4%, 5%?*

Alckmin: A reforma tributária. Há um estudo do Bernardo Appy de simplificação tributária. IPI, ISS, ICMS, PIS e Cofins. Eu vou substituir cinco tributos por um só, o IVA. Gradualmente. Pode também impactar no PIB.

Valor: *E a questão fiscal?*

Alckmin: Ano que vem é o sexto ano de déficit primário. É inacreditável, 2% do PIB. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já prevê, para 2019, R\$ 139 bilhões de déficit primário. [Ajuste fiscal] é o que nós sabemos fazer. São Paulo fez no ano passado, em plena crise, um superávit primário de R\$ 5,3 bilhões, sem aumentar um imposto. Sem aumentar nada. Só pelo lado da despesa. Ajuste fiscal é importante e necessário para uma política monetária boa, juros mais baixos e câmbio flutuante e competitivo.

Valor: *É a receita para o país?*

Alckmin: O ajuste será feito pelo lado da despesa e pela retomada da atividade econômica, portanto, não será pelo aumento de imposto.

Valor: *Mantendo o teto de gasto?*

Alckmin: Não precisa ter teto de gastos para cortar despesas. Eu não tenho teto de gastos em São Paulo e reduzi despesa. Teto de gastos não corta, é meta. Nós vamos manter, mas na verdade, o que precisa é agir pelo lado da despesa. Fazer o ajuste pra valer e rápido: ministérios, despesas, pessoal...

Valor: *Quando o senhor fala ministério quer dizer reduzir o número de ministérios?*

Alckmin: Claro. Tem até proposta nossa do partido de reduzir senadores de três para dois por Estado. Deputados federais e estaduais.

"Eu pretendo enfrentar as corporações. O voto proporcional para deputado estimula o corporativismo"

Valor: *Mas esse é um assunto para o Congresso.*

Alckmin: Mas vamos ajudar. Nós temos que fazer uma mudança cultural. Não é possível ir empurrando isso pra frente. A sociedade não está bem consciente da gravidade da situação fiscal. É inacreditável ter seis anos de déficit primário. A dívida pública bruta do governo geral, R\$ 5 trilhões, já pensou? Não paga juros, não paga correção monetária, não amortiza e gasta todo ano 2% do PIB a mais do que arrecada.

Valor: *Demissões de servidores?*

Alckmin: Precisa ser verificado. Eu não fiz demissão de servidores em São Paulo. O que nós fizemos? Redistribuição. Você tem sempre um lugar que está faltando e outro que está sobrando. O que eu fiz lá foi extinguir órgãos. Por exemplo, fundações. Eu fechei grande parte delas. Não tem mais prédio, aluguel, funcionário, carro, diretor, conselheiro. Tem uma parte que não pode demitir. Aí a gente redistribui. O ajuste em São Paulo vem há 24 anos, desde o Mário Covas. Ajuste fiscal é uma obra interminável, porque você sempre pode ter mais eficiência no investimento público e vai poder mais com menos dinheiro.

Valor: *Quantos ministérios o sr. vai cortar?*

Alckmin: Hoje nós temos 29 ou 30 ministérios. Dá para reduzir dez. Cortar dez ministérios.

Valor: *E como é que faz com o governo de coalizão?*

Alckmin: Em janeiro todas as reformas estarão no Congresso. Quais são: a reforma política, com voto distrital ou distrital misto. A proibição da coligação na eleição proporcional já foi votada, vai valer para a próxima eleição municipal. Só isso já reduz à metade (o número de partidos).

Valor: *Só o fim da eleição proporcional reduz metade?*

Alckmin: Já vai cair para uns 16. Tem a cláusula de desempenho, que vai crescendo [uma escala crescente que começa 1,5% dos votos em 9 Estados, este ano, e chega a 2% em 2022]. A primeira coisa é o voto distrital ou distrital misto, porque o grande problema do Brasil é o corporativismo. Eu pretendo enfrentar as corporações. O voto proporcional estimula o corporativismo. Para ter voto no Estado inteiro, você precisa grudar numa corporação. Se não, você não se elege. O voto distrital é um corte da sociedade. Você tem que ser eleito pelo trabalhador rural, pelo metalúrgico, pelo empresário, pelo profissional liberal, pelo evangélico, pelo católico, pelo agnóstico, pelo espírita.

Valor: *Isso serve para todas as esferas do Estado?*

Alckmin: Agências de Estado [devem ficar] a mil quilômetros de distância da política partidária. Governo é quem ganhou a eleição. Você ganhou a eleição, escolha lá o melhor time e ponha para trabalhar. Agência de Estado tem mandato. Ela ultrapassa o seu governo.

Valor: *Mas a reforma política já não esta feita? Não é perda de tempo começar com ela e não pelo ajuste?*

Alckmin: Ela não mexeu no principal, que é a forma como você escolhe. E a reforma política e o ajuste fiscal podem andar juntos. Há um princípio em medicina que diz "suprima a causa que o efeito cessa". Por que as corporações tomaram conta, tanto do setor privado quanto do setor público? Pela maneira de eleger. Não é uma questão secundária. São quatro reformas simultâneas que vou enviar em janeiro: política, tributária, previdenciária...

Valor: *Qual é a sua reforma da Previdência?*

Alckmin: Até o teto do INSS, um regime só para todo mundo. Acima disso, previdência complementar. Facultativa. Eu já fiz isso em São Paulo. Em 2011. Todo mundo que entrou de lá pra cá, só aposenta pelo teto da Previdência. Aí criei a Previcom, que é a previdência complementar. Um pra um [de contribuição empregador e empregado]. Qual é a grande mudança? Não é benefício definido, é contribuição definida. O sujeito ganha R\$ 30 mil, vai ganhar R\$ 30 mil? Não. É contribuição definida. É quanto ele capitalizar.

Valor: *E o projeto que está no Congresso?*

Alckmin: Nós estamos estudando que alterações precisam ser feitas. Em princípio a reforma tem dois objetivos. Um de justiça. O modelo é extremamente injusto. Você tem o setor público com média de benefícios... No Legislativo Federal é R\$ 27 mil de média. E o INSS, que é R\$ 1.391,00 de média. Então o primeiro objetivo é justiça. O segundo objetivo é fiscal, porque tem um déficit enorme e crescente. Isso não vai se sustentar.

Valor: *Qual é a quarta reforma?*

Alckmin: A reforma do Estado. Nós estamos trabalhando em inúmeras frentes: diminuição do tamanho do Estado, redefinição de seu papel, privatizações, concessões em PPPs e de novo voltamos ao emprego. Eu pretendo dar grande destaque à questão de infraestrutura e logística. Você gera emprego na veia. Estrada, ferrovia, metrô...

Valor: *Como o sr. vê a associação da Embraer com a Boeing?*

Alckmin: Eu pedi para o Persio Arida e ao Luiz Felipe d'Ávila que deem uma aprofundada nesse tema, para ver os detalhes dessa fusão, incorporação. Em princípio há uma tendência no mundo de fusão para ganhar escala e mercado. Especialmente nessa área. A Bombardier fundiu com a Airbus. É preciso avaliar. Mas se não houver óbice maior, eu acho que pode ser um grande ganho.

Valor: *O que seria um óbice maior?*

Alckmin: Critério na forma em que está sendo feita.

Valor: *E não vetar por princípio ou ideologia?*

Alckmin: Não [concordando].

Valor: *O que é privatizável? Banco do Brasil, Caixa Econômica...*

Alckmin: O sistema bancário é outra questão importante. Nosso sistema é muito concentrado. Por que o spread no Brasil é quatro vezes o do mundo? Não, não é por acaso. Não tem competição. E o dever do Estado, do governo é garantir competição. Concorrência leal. Quem ganha com isso é o cidadão e a cidadã, com produtos melhores, de melhor qualidade e baratos. O Brasil tem problema de crédito porque está muito concentrado, então vai vender o Banco do Brasil para um banco que está aí comprar? Não. Aliás, não pretendo privatizar o Banco do Brasil. O que nós pretendemos é ampliar, trazer mais bancos e outras formas de crédito.

Valor: *É a favor da autonomia do Banco Central?*

Alckmin: Não é prioridade.

"Só tem um pré-candidato até agora que tem 5 partidos. Sem usar a vice, tenho 20% do tempo de rádio e televisão"

Valor: *O senhor defendeu a privatização da Petrobras?*

Alckmin: O que eu disse e quero reiterar aqui foi o seguinte: Primeiro, quebrar monopólio. Na prática a Petrobras tem o monopólio (98%) do refino. Acabar com o monopólio. Disputa, disputa, disputa. Segundo, não tem nenhum sentido privatizar prospecção em águas profundas. Trocar monopólio público por privado. Aí nós vamos manter a Petrobras. O pré-sal está crescendo, pelo menos lá em São Paulo, 20% ao ano de produção de gás e 40% ao ano de petróleo. É impressionante o pré-sal. Então Petrobras corre no que ela é competente - prospecção, pesquisa, retirada de petróleo e gás - e vamos quebrar o monopólio do refino e privatizar o restante, distribuição, transmissão, parte de gás. Eu tenho uma outra ideia: o pós-sal são poços maduros, que já produzem menos. O pré-sal bomba. O que fez então a Petrobras? Tudo no pré-sal. Só que o pós-sal tem uma grande importância para o Brasil. Norte do Rio, Espírito Santo, Bahia, Sergipe. Hoje você tem empresas especializadas em poços maduros. Precisamos trazer mais gente para investir. Vamos vender isso para trazer investimento. Investimento, investimento, investimento.

Valor: *E o setor elétrico?*

Alckmin: No caso da Chesf é preciso harmonizar a questão da água. O restante, o governo não tem que ser empresário. O governo não vai ser mais fraco por isso. Ele vai ser mais forte. Porque esse estado-empresário é grande, diluído e deficitário. Forte é o Estado planejador, regulador e fiscalizador.

Valor: *Qual a diferença entre esta campanha atual e a campanha que o senhor fez em 2006 para a Presidência?*

Alckmin: Esta é mais fragmentada. Na outra, os candidatos mais competitivos foram o Lula, eu, Cristovam Buarque e Heloisa Helena. Quando o titular, o incumbente é candidato, seja o prefeito, governador ou presidente, o desnível é tão grande, o benefício da reeleição é tão absurdo que tem poucos desafiantes. Quando o presidente não é candidato à reeleição, todo mundo se acha em condições de ser. E o Brasil não tinha 35 partidos naquela época. Piorou muito.

Valor: *E a diferença do candidato de 2006 para o de 2018?*

Alckmin: Eu estou mais maduro. Acho que estou mais preparado. Estudante de medicina, fui fazer projeto Rondon em Goiás, fiquei 40 dias em Itauçu. Fui visitar Cora Carolina em Goiás Velho. Ela falou para mim: "olha, menino, todos nós estamos matriculados na escola da vida, onde o professor é o tempo". Aprendi muito mais. E outra, a situação está pior agora, nós tivemos uma perda de quase 8% da renda do brasileiro. Vamos chegar, se tudo correr bem, em 2019, com o que era em 2013. Na política, mais fragmentação, desencanto, desesperança. Acredito que vai mudar com a eleição. É como a Copa do Mundo,

dava a impressão, uma semana antes, que não ia ter Copa. A hora que começou, animou. A decisão será lá na frente.

Valor: *Qual sua estratégia para o Nordeste? Pesquisa divulgada hoje em Pernambuco diz que Lula tem 60% e transfere 16% para Fernando Haddad.*

Alckmin: A campanha só vai começar com o rádio e a televisão. A população não está ligada na questão eleitoral. Se pegar São Paulo nessa época, determinado deputado federal [Celso Russomano] tinha mais de 30% para prefeito; a Marta [Suplicy] tinha mais de vinte. O João Doria e Fernando Haddad tinham um dígito. A campanha vai ser curtinha. Não tenho dúvidas que nós vamos crescer.

Valor: *Como?*

Alckmin: Eu tenho dúvidas se o [Jair] Bolsonaro vai para o segundo turno. Tem muito candidato aí inflado. Não tem definição de voto. Tem muito recall. Os argumentos da eleição não começaram. A gente tem que acreditar em campanha. Quem acredita na democracia tem que acreditar na campanha.

Valor: *O vice será do Nordeste?*

Alckmin: O importante são as propostas para o Nordeste. Se eu puder ter um vice do Nordeste, ótimo. Mas isso não é um fato definidor de voto.

Valor: *O que define o voto?*

Alckmin: Primeiro, propostas. A população não vai embarcar na conversa do primeiro que chegar. Segundo, a comunicação, o país é um continente, como levar a mensagem? Aí é rádio e televisão para você chegar lá na ponta. Só tem um pré-candidato até agora que tem 5 partidos. Sem usar a vice, tenho 20% do tempo de rádio e televisão. Segundo, não é uma campanha como a do Fernando Collor [1989], isolada. É a maior eleição da história do Brasil: seis votos [presidente, governador, senador e deputados federal e estadual]. Nós vamos ter o primeiro ou o segundo palanque no Brasil inteiro. A estrutura pesa. Nós estamos trabalhando na engenharia dos melhores palanques.

Valor: *Qual pauta terá maior impacto na eleição: emprego e inflação ou corrupção e violência?*

Alckmin: Não tem um fator definidor. Por que você vota em um e não outro? É um conjunto de fatores que fazem você confiar aqui, não confiar lá. A questão da integridade é essencial. E é dever. Não é só ficha limpa, é vida limpa. Segundo, emprego e renda. Não só 13 milhões de desempregados. Tem mais de 5 milhões no desalento. A outra, saúde. A medicina é cara. Tem um problema

de acesso gravíssimo. E com a crise fiscal o governo federal está saindo do financiamento. Qualquer pesquisa, do Oiapoque ao Chui, saúde está ali. A outra é segurança.

Valor: *Desde Julio Prestes um paulista não é eleito...*

Alckmin: Eu diria que desde Rodrigues Alves

Valor: *Fernando Henrique fazia política em São Paulo, mas é carioca, Jânio Quadros, do Mato Grosso e Lula, pernambucano. O sr. diria que, para o eleitorado, ainda vale a regra de não dar para São Paulo o poder político e o poder econômico, ao mesmo tempo?*

Alckmin: Não, não. Pouca gente é nascida em São Paulo. São Paulo é as terra onde japonês fala português com sotaque italiano. É uma terra cosmopolita. Não será essa questão regional. Quem é o líder? O líder é quem se coloca no lugar do outro. Do cara que está desempregado, sofrendo. Fui eleito quatro vezes governador de São Paulo com o voto dos humildes. De gente simples.

Valor: *Como foi a conversa com o PP?*

Alckmin: Um bate papo despretensioso.

Valor: *E o Centrão?*

Alckmin: O Bloco? Hoje tem uma boa, não sei quem falou, acho que foi o Carlinhos Siqueira (presidente do PSB): "A novela mais longa do Brasil foi o Direito de Nascer. Hoje é o Direito de Coligar-se."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Londres

Título: Novo executivo-chefe da Chevron promete conter gastos

O novo executivo-chefe da Chevron, Michael Wirth, disse que a empresa planeja manter um controle rígido sobre os investimentos em bens de capital, apesar da alta do preço do petróleo nos últimos 12 meses e dos alertas quanto a valorizações ainda maiores nos próximos anos.

A petroleira americana precisar ser capaz de cobrir seus dividendos usando o fluxo livre de caixa gerado por uma cotação do barril a US\$ 50, bem abaixo do atual patamar de US\$ 70 do Brent, disse Wirth, que assumiu o cargo em fevereiro, em entrevista.

Ele ressaltou a importância de privilegiar o controle de custos, o cumprimento dos orçamentos dos bens de capital e a geração de caixa para pagar os dividendos, em vez ficar buscando cada oportunidade de crescimento que passar pela frente da companhia.

"Aumentamos nosso pagamento de dividendos por 31 anos consecutivos", disse Wirth. "Nossos acionistas sabem disso e valorizam isso."

O declínio dos investimentos em petróleo depois da queda livre das cotações em 2014 tem alimentado um coro cada vez maior de alertas de analistas e executivos sobre descompasso da atual produção mundial, incapaz de acompanhar o ritmo de crescimento da demanda. O cenário resultante da falta de petróleo no mercado seria um de preços nas alturas nos próximos dez anos.

Wirth admitiu a possibilidade. "Bem-vindo ao negócio de petróleo: é assim, como sempre tem sido", afirmou. "Os preços são difíceis de prever: é um mercado de commodity."

Seu objetivo, no entanto, é "ganhar em qualquer cenário", acrescentou, e ele acredita ainda ter trabalho pela frente para tornar a Chevron mais competitiva para os tempos em que os preços estiverem baixos. "Vamos ver preços mais altos do que estão hoje e vamos ver preços mais baixos do que estiveram no passado [...] E precisamos ter um portfólio que seja resiliente."

"Provamos que conseguimos sobreviver aos [preços do barril a] US\$ 50. O desafio para nossa organização é: como se lucra aos US\$ 50?", pergunta o executivo.

Da mesma forma que seus colegas Darren Woods, na ExxonMobil, e Ben van Beurden, da Royal Dutch Shell, Wirth passou a maior parte da carreira em operações mais próximas ao refino e comercialização do que à produção de petróleo e gás, antes de ser escolhido em 2017 para substituir John Watson com executivo-chefe.

Essas operações de pós-produção do petróleo normalmente recompensam estilos administrativos mais cuidadosos e parcimoniosos do que os mais ambiciosos e carregados de riscos. Wirth reconhece que o histórico de carreira dele influencia sua abordagem.

"Os custos sempre são importantes, a disciplina de capital sempre é importante. Segurança, execução e confiabilidade sempre são importantes", afirmou.

A companhia teve um início lento no xisto, mas agora, afirma Wirth, a petrolífera recuperou o terreno perdido

Há evidências dessa mentalidade no contraste entre as estratégias de investimento em bens de capital da Chevron e da ExxonMobil. A rival americana atualmente planeja aumentos constantes nos investimentos em máquinas e instalações, que vão passar de US\$ 23,1 bilhões, em 2017, para US\$ 28 bilhões, em 2019, e para cerca de US\$ 30 bilhões por ano, a partir de 2023.

Wirth, por outro lado, pretende gastar entre US\$ 18 bilhões e US\$ 20 bilhões por ano até 2020, um ligeiro recuo em comparação ao antigo plano de investimentos de Watson, de US\$ 17 bilhões a US\$ 22 bilhões.

"Temos indicado que vamos manter as despesas de capital estáveis. Estamos em um cenário de preços mais altos, [mas] não mudamos nosso orçamento de capital e não acredito que o façamos", disse Wirth.

"Não vamos financiar projetos quaisquer. Vamos ter projetos que atendem nossas exigências econômicas, mas que vamos optar por não financiar porque vamos ter opções melhores."

O analista Paul Sankey, do Mizuho, comentou em junho que a Chevron estava em seu melhor ponto em vários anos. O volume de produção deve subir em média cerca de 6% ao ano até 2020, graças aos investimentos nos últimos dez anos, embora agora tenha cortado pesadamente os gastos em bens de capital.

Para uma grande petrolífera internacional, o ritmo de expansão é elevado e supera o da ExxonMobil, que foi obrigada a elevar as despesas de capital "para compensar volumes que estão suando para crescer", disse Sankey.

A preferência de Wirth vai inclinar-se a investimentos como a expansão de US\$ 37 bilhões no gigantesco campo petrolífero de Tengiz, no Cazaquistão, e o plano para impor um rápido crescimento na Bacia Permiana do Texas e do Novo México, uma região onde a Chevron é dona de terras há décadas e que nos últimos anos se tornou o núcleo da onda avassaladora do petróleo de xisto nos EUA.

A Chevron teve um início lento no xisto. Como o próprio Wirth admite, o ímpeto inicial ficou a cargo das pequenas e médias empresas, mais ágeis e inovadoras e com custos menores. Agora, no entanto, ele diz que a Chevron recuperou o terreno perdido e seu enorme tamanho vem se tornando uma vantagem em vez de um ponto fraco.

Sua produção na Bacia Permiana no fim de 2017 era de 200 mil barris de petróleo equivalente (BPE) por dia. No fim de março, havia aumentado em 25%, para cerca de 250 mil BPE por dia. "O jogo do xisto está se tornando um jogo de escala", afirmou.

Gestão anterior foi ofuscada por estouros colossais em orçamentos e atrasos nos projetos de gás GNL na Austrália

"Agora, estamos em modo de perfuração industrial, no qual estamos perfurando centenas de poços. E tudo isso se trata de eficiências industriais. Pequenas melhorias em passos que você repete muitas vezes se tornam grandes melhorias", disse Wirth.

O resultado dessas melhorias, acrescentou, é que "um poço na Bacia Permiana é mais econômico do que qualquer outra coisa que possamos fazer", com taxas de retorno de mais de 30%, mesmo com cotações abaixo dos níveis de hoje. Embora a área esteja em crescimento, ainda precisa de financiamento do grupo. Wirth, contudo, projeta que vai estar gerando caixa em 2020.

Suas expectativas quanto à força de longo prazo do petróleo de xisto nos EUA reforçam a ênfase do executivo na necessidade de ser cuidadoso nas decisões de investimento. Os projetos de petróleo que tenham custos de desenvolvimento muito maiores do que o do xisto americano vão encontrar dificuldade para ser viáveis. "Agora, os projetos em mercados de fronteira, os investimentos mais arriscados [...] não são tão necessários", disse o executivo. "E acho que isso tem implicações para todos."

Para a Chevron, isso significa que cada projeto no qual investir vai ter que ser "o melhor em sua classe", afirmou. "Não pode ser apenas o tipo de projeto que você teria financiado no passado, porque temos conseguido opções melhores."

A petrolífera aprendeu algumas lições importantes, fruto da gestão anterior. Sob muitos aspectos, John Watson, executivo-chefe da Chevron de 2010 até fevereiro, teve uma liderança bem-sucedida e o desempenho das ações superou confortavelmente o da rival americana ExxonMobil.

Seu mandato, no entanto, foi ofuscado por estouros colossais nos orçamentos e atrasos em dois grandes projetos de gás natural liquefeito (GNL) na Austrália, os de Gorgon e Wheatstone. O custo combinado de ambos superou os orçamentos originais em US\$ 22 bilhões. A Chevron teve que arcar com metade disso e suas parceiras, com a outra metade.

Wirth disse que a Chevron ficou "realmente satisfeita" em ter Gorgon e Wheatstone, que vão "proporcionar valor" aos "acionistas por dezenas de anos". Ele admitiu, contudo, que houve "várias lições" que a empresa vem aprendendo para evitar estouros similares de custos no futuro.

Um fator crucial, disse o executivo, é realizar uma preparação mais cuidadosa antes de se comprometer a fazer um investimento: avançar mais nos trabalhos iniciais de engenharia e assegurar que o local tenha toda a infraestrutura

necessária instalada. Uma melhor preparação pode incluir "questões tão básicas como [ter] a alimentação e a moradia das pessoas toda organizada, para que não se tornem problemas", acrescentou.

Novas tecnologias também podem ajudar. A indústria de petróleo e gás requer o uso de dados em massa. A aplicação de novas tecnologias para analisar e usar esses dados está no topo da agenda de Wirth "para inovar em nosso caminho rumo a resultados mais econômicos", disse o executivo.

Mesmo com essas melhoras, entretanto, a Chevron não tem pressa em entrar em novos projetos gigantes que precisem ser iniciados a partir do zero, como os de Gorgon e Wheatstone. Seu maior projeto na atualidade é a expansão de um campo de petróleo já existente no Cazaquistão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Enel estuda investir em transmissão de energia no Brasil

Starace, presidente mundial: Brasil entrou em uma grande crise política e institucional, mas gerenciou bem a situação

Depois de pagar R\$ 5,5 bilhões pela Eletropaulo, a gigante energética italiana Enel estuda investir no segmento de transmissão de energia brasileiro, onde já controla a Companhia de Interconexão Energética (Cien, estação conversora para a interconexão entre Brasil e Argentina). Segundo o principal executivo do grupo no mundo, Francesco Starace, uma decisão estratégica da companhia sobre o assunto deve ser tomada até o Natal. Antes disso, em novembro, a Enel anunciará o novo plano de investimentos da empresa, até 2021, já incluindo a maior distribuidora de energia da América Latina.

Em sua primeira entrevista exclusiva a um veículo brasileiro após a aquisição da Eletropaulo, vencendo batalha com a Neoenergia, da espanhola Iberdrola, em junho, Starace também admitiu que o grupo tem interesse por mais três distribuidoras no país, sendo duas da Eletrobras e a Light.

Caso se concretize, o investimento no setor de transmissão marcará mais um passo estratégico do grupo italiano no país, marcado nos últimos anos por aquisições agressivas. Entre as principais operações estão as aquisições das distribuidoras Eletropaulo, este ano, e Celg (atualmente Enel Distribuição Goiás), no fim de 2016, somando R\$ 7,7 bilhões, e da hidrelétrica de Volta Grande (MG), por R\$ 1,4 bilhão. Com a compra da Eletropaulo, o Brasil se

tornou o segundo maior mercado de distribuição da Enel no mundo, com cerca de 17 milhões de clientes, atrás apenas da Itália, com 31 milhões.

Embora não haja dados específicos sobre o Brasil, o país tem participação relevante nos negócios da Enel na América do Sul, que respondem por 17,6% do faturamento global da italiana, de 74,6 bilhões de euros (o equivalente a quase R\$ 340 bilhões).

"Pensamos várias vezes sobre transmissão [de energia], não só no Brasil, mas na América do Sul. Temos uma grande operação de transmissão na Europa. Temos experiência, conhecemos o negócio. Há potencial em conectar Estados diferentes do Brasil e também conectar os países vizinhos. Mas, para ser honesto, até agora não estivemos realmente focados [em transmissão no Brasil]. É algo que estamos olhando agora e, daqui até o Natal, temos que decidir se queremos começar uma linha de negócios nesse segmento no Brasil. Vamos avaliar se faz sentido ou apenas dizer 'não', vamos focar em distribuição", afirmou Starace.

Segundo ele, a decisão levará em conta a necessidade de ter uma equipe adequada para o negócio e dedicar tempo da companhia para a atividade. "Se decidirmos fazer [investir em transmissão], é preciso fazer o tempo todo, não apenas um pouco aqui e um pouco ali", completou.

Com relação às distribuidoras, Starace contou ter interesse por duas das seis empresas que a Eletrobras pretende vender. Sem citar o nome delas, ele sinalizou que podem ser a Cepisa, do Piauí e a Ceal, do Alagoas.

"Já compramos uma [a antiga Celg, de Goiás]. Agora existem seis. Dessas seis, talvez duas nos interessem.", afirmou ele. "É difícil dizer [quais são as distribuidoras] porque é uma informação da companhia, mas você pode entender facilmente, por conta própria, quais são, se olhar no mapa e ver onde estamos. Não é difícil", completou.

Além de serem ativos mais atrativos, a Ceal e a Cepisa estão localizadas próximo da Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce), empresa do grupo naquele Estado.

Starace também admitiu que tem interesse pela Light, que atende a região metropolitana do Rio de Janeiro, onde o grupo controla a antiga Ampla, hoje Enel Distribuição Rio, que opera em Niterói e outros 65 municípios do interior do Estado. Ele, porém, afirmou que a abordagem atual do controlador da empresa, a mineira Cemig, com relação à intenção de vender o ativo, não está muito clara.

"As duas companhias [Light e Enel Rio] são muito próximas uma da outra e mostramos interesse em uma aquisição no passado. A Cemig, acionista da Light,

não tem um 'approach' lógico sobre vender. E não estou certo se essa decisão será tomada em algum momento. Tem sido 'sim' e 'não' [sobre estar à venda] por muito tempo. E houve uma série de mudanças na estrutura da direção da Cemig nos últimos anos. Talvez eles precisem de mais tempo, talvez estejam esperando o leilão da [das distribuidoras] Eletrobras para ver o interesse em torno dela [Light]. Estou apenas supondo", completou o executivo, dizendo não temer o alto índice de perdas da Light com furto e fraude de energia.

Ele também confirmou que o grupo colocou à venda ativos de geração de energia eólica e solar no Brasil, conforme antecipado pelo **Valor** há duas semanas. Sem detalhar quais ativos estão sendo oferecidos ao mercado, ele explicou que o negócio faz parte de uma nova linha estratégica da companhia de vender a participação acionária, mas manter a operação de usinas já construídas ("build, sell and operate").

"É um sistema que estamos querendo implementar. Começamos nos Estados Unidos três anos atrás. Então fizemos no México. Então fomos perguntados por alguns fundos se nós tínhamos interesse de fazer o mesmo no Brasil. E dissemos 'por que não?', disse Starace, acrescentando que é possível concretizar alguma operação nesse sentido ainda este ano.

Ainda em geração, a estratégia da italiana no Brasil é de crescer por meio de leilões de energia ou no mercado livre, desenvolvendo projetos para atendimento a consumidores industriais e comerciais específicos. A empresa possui um portfólio atual de cerca de 3 mil MW em operação - de hidrelétricas, eólicas, parques solares e uma térmica a gás natural - e de aproximadamente 1 mil MW em construção - principalmente eólicas e parques solares.

Com aquisição da Eletropaulo, Brasil se tornou o segundo maior negócio de distribuição do grupo, atrás da Itália

Starace também encara com aparente naturalidade os problemas que a Enel Geração Fortaleza (antiga TermoFortaleza), termelétrica a gás natural controlada pela empresa, está enfrentando desde que o suprimento do combustível foi suspenso. A termoelétrica é uma das integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), do governo federal, e desde fevereiro briga com a Petrobras por meio de liminares para receber o gás. A última liminar válida é da brasileira, que conseguiu suspender o fornecimento de gás.

"Toda vez que há um contrato de longo prazo com um único supridor sempre algo acontece ao longo dos anos, por causa do preço do gás, para o comprador, porque [o preço] está alto ou para o vendedor porque [o preço] está baixo. Não é algo específico do Brasil", disse o executivo.

O principal executivo do grupo no Brasil, Carlo Zorzoli, vem defendendo uma solução legal para o problema, que seria uma autorização para que a empresa possa repassar para a tarifa o aumento do preço do gás natural.

Questionado sobre o cenário político do Brasil, Starace disse não estar preocupado com as eleições em outubro. "O Brasil entrou em uma grande crise política e institucional nos últimos dois anos e gerenciou de maneira muito boa a situação. As instituições brasileiras são muito resilientes e fortes. E eleições acontecem em todo lugar o tempo todo. Isso é normal", afirmou.

Starace, que concedeu entrevista de Roma, por videoconferência, afirmou que pretende vir ao Brasil até o fim deste ano.

Na última semana, ele recebeu o título de "Comendador da Ordem de Rio Branco" do embaixador do Brasil na Itália, Antonio Patriota, em um evento no Palácio Pamphili, em Roma. O título é um reconhecimento que o governo brasileiro confere a pessoas físicas e jurídicas que beneficiaram significativamente o país por seus méritos na política, cultura, economia e ciência. Segundo a Enel, Starace foi agraciado por méritos econômicos e, em particular, pelo papel que vem atribuindo por meio do crescimento do grupo no país, contribuindo para a disseminação das energias renováveis no Brasil.

(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro estável na Alcoa

A americana Alcoa registrou lucro líquido de US\$ 75 milhões no segundo trimestre de 2018, montante igual ao reportado entre abril e junho do ano anterior. Na mesma base de comparação, a receita da companhia subiu 25,2%, para US\$ 3,579 bilhões. Segundo a Alcoa, os números trimestrais registraram um impacto negativo de US\$ 211 milhões referente ao pagamento de obrigações e planos de benefícios a funcionários no Canadá, a uma unidade de fundição em Washington e a uma perda judicial contra um fornecedor. Sem esses fatores, o lucro teria sido de US\$ 286 milhões. Além disso, a companhia contabilizou custos de US\$ 15 milhões em tarifas para importação de suas operações estrangeiras aos Estados Unidos. Mesmo assim, a Alcoa disse que o resultado foi positivo e beneficiado pelo contínuo aumento dos preços de alumina e alumínio e pela valorização do dólar.

Equinor em Carcará

A Equinor (ex- Statoil) descobriu novos indícios de petróleo na concessão BM-S-8 (Carcará), no pré-sal da Bacia de Santos. É a primeira descoberta da petroleira norueguesa no bloco exploratório desde que assumiu o ativo, no fim de 2016. A Equinor notificou a Agência Nacional de Petróleo sobre os indícios na semana passada. A companhia entrou no bloco BM-S-8 a partir da compra da fatia de 66% a Petrobras no projeto, por US\$ 2,5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Daniela Chiaretti | Do Rio e São Paulo

Título: Vale tem R\$ 4,1 bi no balanço para Samarco

A provisão adicional de R\$ 1,5 bilhão anunciada pela Vale, para fazer frente aos impactos sociais e ambientais do acidente da Samarco, resulta de uma reavaliação técnica realizada pela Fundação Renova, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**. A Renova, criada com recursos das mineradoras Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco, é responsável por gerir e implementar 42 programas de reparação e compensação do meio ambiente e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, que causou a morte de 19 pessoas e provocou danos até a foz do Rio Doce, no Espírito Santo.

Logo depois do acidente com a barragem de Fundão surgiram estimativas preliminares, feitas por consultoria contratada pela Samarco, para avaliar os danos do acidente e estimar o valor que seria aplicado nas ações de reparação. Fonte disse que, inicialmente, chegou-se a uma estimativa entre R\$ 11 bilhões e R\$ 13 bilhões a serem aplicados ao longo de 15 anos. Em junho de 2016, Vale e BHP Billiton criaram a Fundação Renova, que começou a implementar os 42 programas.

Agora, dois anos depois do início dos trabalhos da Renova, a fundação tem melhor estimativa dos recursos que serão exigidos e concluiu-se pela necessidade de revisar para cima os valores envolvidos. Assim, a provisão total feita pela Vale para as ações de reparação e de compensação no caso Samarco chega até o momento a R\$ 5,2 bilhões, considerando-se uma provisão anterior, feita em 2016, no valor de R\$ 3,7 bilhões, e a nova provisão, anunciada na noite de terça-feira, no montante de R\$ 1,5 bilhão. Dos valores provisionados, a Vale desembolsou R\$ 1,1 bilhão (US\$ 491 milhões).

Expectativa é que, ao voltar a operar, a Samarco arque com parte dos gastos de reparação previstos

Significa que o montante que fica no balanço da Vale, relacionado aos programas geridos pela Fundação Renova, é de cerca de R\$ 4,1 bilhões para ser gasto ao longo do tempo (12 anos). A empresa informou em comunicado que vai reconhecer a nova provisão no balanço do segundo trimestre, a ser divulgado na semana que vem. A provisão terá impacto não-caixa (contábil) sobre o lucro líquido do exercício da mineradora. Ao mesmo tempo, a Vale passará a divulgar, no balanço em reais, o chamado lucro líquido recorrente, que exclui fatores como baixa de ativos e variações cambiais. A BHP Billiton também informou, na noite de terça no Brasil, que o impacto financeiro da Samarco sobre a companhia anglo-australiana será de US\$ 650 milhões no ano fiscal de 2018, encerrado em 30 de junho. Foram US\$ 210 milhões no primeiro semestre e mais US\$ 440 milhões na segunda metade do ano.

No caso da Vale, a expectativa é que a volta à operação da Samarco em algum momento à frente - embora ainda não seja possível precisar quando - permita à empresa contribuir do seu próprio caixa para os esforços de reparação e compensação conduzidos pela Renova. Dessa forma, a provisão líquida que ainda permanece no balanço da Vale, os R\$ 4,1 bilhões, poderia ser revertida, pelo menos em parte, uma vez que a Samarco passaria a arcar com uma parcela dos gastos da Fundação Renova.

O mercado recebeu bem a nova provisão feita pela Vale. Em comentário aos clientes, a corretora Itaú BBA avaliou que a Vale aumentou a "visibilidade", em termos de requerimento de capital nos projetos conduzidos pela Fundação Renova, depois da assinatura, em junho, de um acordo amplo envolvendo a Samarco, seus acionistas e diversas instâncias da Justiça. O acordo, envolvendo Ministério Público, Defensorias Públicas e Advocacia Pública (da União, de Minas e do Espírito Santo), estabeleceu as bases para uma nova governança na Renova, na qual os atingidos pela barragem de Fundão passarão a ter voz mais ativa na fundação.

O Itaú BBA estimou que a provisão de R\$ 1,5 bilhão representa só 0,6% do valor de mercado da Vale, tendo, portanto, impacto limitado sobre o preço da ação da empresa.

A corretora disse ainda que, além do que a Vale provisionou para os programas da Renova, a companhia destinou quase US\$ 230 milhões (foram US\$ 228 milhões) para capital de giro da Samarco, dinheiro utilizado para fazer operações de manutenção. Na visão da Itaú BBA, a provisão total da Vale, no balanço de 2018, para os gastos com a Samarco deve ficar em cerca de R\$ 4,5 bilhões, dinheiro a ser aplicado em 12 anos.

Em nota, a Renova justificou as mudanças nos valores provisionados. "Os projetos podem demandar mais ou menos recursos em relação ao estimado

inicialmente, e os ajustes são feitos conforme a evolução da implantação." A nota da Renova diz ainda que até junho foram desembolsados R\$ 4 bilhões nos programas. "Importante registrar que, para as atividades reparatórias, não há teto. Desde que a ação esteja prevista no TTAC, ela tem de ser realizada", reforça a nota, referindo-se ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado entre a Samarco (com o apoio das acionistas), a União e os governos do Espírito Santo e Minas Gerais em março de 2016.

Até agora, a Renova já pagou R\$ 1 bilhão em indenizações, pôs R\$ 500 milhões para o tratamento de esgoto dos municípios afetados, fez 1.718 obras de infraestrutura. Entregou 9.350 cartões de auxílio financeiro que ajudam 22 mil pessoas. Ainda, instalou 230 pontos de monitoramento da biodiversidade marinha no trecho entre Guarapari e Porto Seguro e tem 92 pontos de coleta de dados para monitorar a qualidade de água do rio Doce. São 22 estações automáticas que avaliam 80 indicadores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do

Título: Petrobras diz que queda na extração é pontual

O diretor de desenvolvimento da produção e tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold Júnior, disse que o decréscimo de 4,4% na produção da companhia no primeiro semestre se trata de um "evento pontual, não recorrente". Segundo o executivo, a expectativa é que a curva de produção da petroleira entre nos próximos anos numa trajetória de crescimento sustentável.

"Caminhamos para crescimento sustentável da produção nos próximos anos... Não espero mais nenhum percalço no comportamento da produção", afirmou o diretor após participar de um evento no Rio.

Repsold destacou que a estatal petrolífera espera colocar em operação entre outubro e dezembro as quatro novas plataformas que ainda faltam começar a produzir em 2018.

Segundo ele, a P-67 (Lula Norte) já se encontra na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Também devem começar a operar este ano a P-69 (Lula Extremo Sul), P-75 (Búzios) e P-76 (Búzios), todas no pré-sal da Bacia de Santos. "Com isso terminamos a etapa de desenvolvimento do campo de Lula", afirmou o executivo.

Já entraram em operação este ano as plataformas Cidade Campos dos Goytacazes (Tartaruga Verde) e P-74 (Búzios). Repsold reiterou ainda que a P-68 (Berbigão), inicialmente prevista para este ano, ficará para 2019.

O diretor também realçou que a companhia tem planos de voltar a contratar plataformas próprias. Ele explicou que a decisão sobre o modelo de contratação de plataformas para projetos previstos para a partir de 2023 será tomada "sem dogmas".

"Não há nenhuma preferência por acertado ou próprio, a não ser considerando os aspectos mais estratégicos. Esse equilíbrio entre unidades afretadas e próprias, entre diferentes formas de contratar enriquece o portfólio da Petrobras. Vamos voltar a considerar, mas vamos decidir o que for melhor para a Petrobras sem dogmas", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Curtas

CRA da BR Distribuidora

A BR Distribuidora informou a conclusão da oferta da 9ª, 10ª e 11ª séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) emitidos pela Cibrasec, no valor de R\$ 961,773 milhões. Os papéis têm como lastro debêntures emitidas pela BR Distribuidora. O CRA da 9ª série terá remuneração anual equivalente a 98% do CDI, o da 10ª série, de 100% do CDI, e o da 11ª série, IPCA mais 5,5914% ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: William Salasar | Para o Valor, de São Paulo

Título: Petrobras vê ambiente favorável para fazer recompra de papéis

Pressionada pelos escândalos de corrupção e colocada no centro do debate político eleitoral pela crise dos caminhoneiros, que derrubou seu presidente e a obrigou a alterar sua política de ajustes de preços, a Petrobras está se sentindo tranquila no front financeiro.

"A Petrobras possui liquidez suficiente para prescindir de operações de captação ao longo deste ano, como prevê o seu Plano de Negócios", afirma nota encaminhada por sua assessoria de imprensa. "Porém, nada impede que ainda

tenhamos algumas janelas, ainda este ano, para novas emissões de emissores brasileiros. O cenário atual é mais convidativo para operações de recompra da dívida. O aumento da taxa negociada no mercado secundário reduz o preço dos papéis, tornando mais barata a recompra."

Neste ano, a estatal recomprou cerca de US\$ 11 bilhões de títulos antigos. "É claro que esse movimento é possível para empresas que não precisam captar no momento e possuem disponibilidade de caixa para fazer esse exercício", ressalta a Petrobras.

A companhia anuncia que não está pensando em novas captações, porém sempre vai aproveitar oportunidades de melhorar o perfil de sua dívida, na perseguição da meta de desalavancagem de 2,5 vezes na relação dívida líquida / Ebitda - metade dos 5,1 de 2015.

A estratégia de gerenciamento de dívida que a petroleira vem seguindo desde 2016, já totalizou US\$ 61,7 bilhões em pré-pagamentos, mais US\$ 48,6 bilhões em captações com taxas mais atrativas e outros US\$ 11,7 bilhões em operações de extensão de prazo dos financiamentos, envolvendo 29 diferentes instituições financeiras, a maioria (23) internacionais.

Com isso, a Petrobras alongou o prazo médio da dívida, de 7,14 anos, em dezembro de 2015, para 9,34 anos, em junho de 2018, e obteve uma economia de cerca de US\$ 1,6 bilhão, em comparação às taxas de retorno ao investidor ("yields") dos títulos de dívida da Petrobras ("bonds") negociados no mercado internacional, para prazos equivalentes, segundo Fato Relevante publicado em 12 de junho passado, quando informou sobre o pré-pagamento de uma linha de crédito com o The Bank of Nova Scotia, no valor de US\$ 750 milhões, a vencer em 2022, acoplada a um novo financiamento com o mesmo banco, de igual valor, mas com custos financeiros mais competitivos, com vencimento em 2023.

Assim, hoje, a Petrobras dispõe de caixa suficiente para bancar os quatro anos de amortização da dívida, além da contratação das linhas rotativas (uma espécie de cheque especial), que proporcionam margem adicional de liquidez, segundo informou ao **Valor**.

Para o professor William Eid, coordenador de pesquisa finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/Eaesp), a situação da Petrobras é tranquila em termos de acesso aos mercados internacionais de dívida.

"No meio da crise interna provocada pela Lava-Jato, no ano passado, a Petrobras fez sete emissões de US\$ 10 bilhões e a repactuação de emissões anteriores, em condições e custos nada muito fora do padrão", observa Eid.

As taxas de retorno no vencimento final (yield to maturity) que a petroleira estatal contratou com os financiadores internacionais ficaram em torno de 5% a 6%. Já emissões similares da Argentina ficaram em 15% a 18%, chegando a bater a 28%, até 30%", lembra o pesquisador da FGV.

O economista José Mauro Reis, coordenador de Estudos de Petróleo Gás do Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (Ipea), concorda que as condições atuais da petroleira estão bem melhores, tanto do ponto de vista econômico-produtivo, quanto do financeiro.

"As perspectivas de produção são boas, está focando nas áreas de maior lucro, adquiriu 20 áreas de explorações nos leilões. E a relação dívida/Ebitda vem baixando para a meta de 2,5 vezes, ou seja, ela fez muito bem o dever de casa", avalia Reis. "Mas, as condições macroeconômicas não ajudam. Isso pode atrapalhar se as agências de classificação de risco baixarem a nota do país, em termos de juros, as operações nos mercados financeiros internacionais."

MME / ASCOM .